

Considerações sobre os movimentos partidários brasileiros durante a República Velha.

*Ayrton Capella**

1. INTRODUÇÃO:

Ao tratar-se de movimentos partidários durante a República Velha deve-se, para bem situá-los no tempo, levar em consideração três idéias fundamentais, para que não se dê a eles a dimensão que hoje entendemos por partido político:

- A primeira lei orgânica de partidos políticos no Brasil foi feita depois de 1964. Anteriormente, a matéria era tratada na legislação eleitoral.
- Somente a partir da constituição de 1946 os partidos foram elevados ao nível constitucional, passando, desta maneira, a serem instituições básicas dentro da estrutura do Estado. Foi também, a partir da Constituição de 1946 que os partidos passaram a ter âmbito nacional.
- O voto secreto só foi instituído depois da Revolução de 1930.

Essas três idéias devem estar presentes quando se procura analisar o quadro político existente durante o período de 1889 a 1930.

A inexistência de legislação específica tratando de partidos políticos trazia como consequência a existência de agremiações sem estrutura definida e, praticamente, só tinham efetiva existência durante as campanhas eleitorais. Desaparecida a motivação principal, à eleição, desapareciam os partidos. A própria denominação de partido era inadequada. Eram, na verdade, salvo raras exceções, movimentos de caráter temporário.

Não havendo nenhuma exigência, nem de ordem quantitativa, nem programática, para a organização de partidos, o resultado era a existência de agremiações com características regionais.

* Prof. Assistente da Coordenadoria de Estudo de Problemas Brasileiros da UFSC.

Tudo refletia o regionalismo em seu mais elevado grau, fruto de uma concepção federalista extremada.

O voto, não sendo secreto, constituía um fator impeditivo para a existência de partidos de oposição.

O estudo sucinto dos movimentos partidários na República Velha, buscando-se, apenas, as suas características mais notáveis, pode, didaticamente, ser feito dividindo-a em três períodos:

- a) O Período Militar
- b) A Política dos Governadores
- c) A Reação contra as Oligarquias

2. O PERÍODO MILITAR:

2.1 — A Proclamação da República foi uma ação exclusivamente militar. Deve-se, entretanto, atentar para o fato de que, embora a proclamação tenha sido um ato militar, o processo histórico da mudança de regime fundamentou-se em autêntica aspiração nacional. No fundo, foram sempre republicanos os sentimentos brasileiros. Os movimentos republicanos surgiram, várias vezes, durante o Império. Desejava a República o clero católico, ainda magoado com a questão religiosa, desejavam-na, ao menos por despeito, os barões escravocratas, desejava-a a juventude militar, fortemente contaminada pela Filosofia Contista. O grande mérito de Deodoro da Fonseca, o grande serviço que ao Brasil pôde prestar, foi o de ter encarnado no oportuno momento histórico as nossas aspirações republicanas.

O fato a salientar, porém, é que, tendo sido a proclamação uma ação exclusivamente militar, o poder político, com a mudança de regime, transferiu-se dos políticos tradicionais para a área militar gerando, em conseqüência, um ressentimento por parte dos civis. Nas primeiras sessões do Congresso Nacional esse ressentimento ficou à vista. Formaram-se, desde logo, as duas correntes que caracterizaram o primeiro período — os militaristas e os civilistas.

O autoritarismo do Marechal Floriano Peixoto funcionou como um obstáculo ao aparecimento de qualquer partido político. As diversas rebeliões surgidas durante o governo de Floriano, das

quais a mais importante foi a da Armada, liderada por Custódio de Melo, fizeram surgir a necessidade de congregar as forças políticas, com a dupla finalidade, de dar apoio ao governo, consolidando a República e, principalmente, com o objetivo de preparar a sucessão segundo o interesse da elite rural dominante. Assim, surge, organizado por Francisco Glicério, em 1893, o Partido Republicano Federal. Para impor-se, a oligarquia não precisou apresentar nenhum programa, por isso, praticamente, repetiu o que constou no Manifesto Republicano de 1870.

A agremiação era heterogênea, onde se amalgavam elementos vindos de todas as origens. Teve curta duração. Attingido o objetivo, que era, como já dissemos, o de preparar a sucessão do governo militar e retomar o poder, não tinha mais razão de ser. Desapareceu durante o governo de Campos Salles.

Os cinco primeiros anos de governo republicano representaram a ascensão da classe média ao poder, por via dos militares. Depois da Guerra do Paraguai os militares começaram a formar um poder independente, constituído, basicamente, de pessoas oriundas da classe média. O governo provisório e a ditadura que se lhe seguiu, ambos militares, são exemplos de governo antielite rural por que o Brasil passou no início do regime republicano.

Não obstante os clãs eleitorais não se desorganizaram e os senhores rurais ainda detinham o controle da máquina eleitoral. A fundação do Partido Republicano Federal, o único existente neste período, define bem a estratégia da elite rural, isto é, participar da consolidação da República e preparar a retomada do poder.

2.2 — CONCLUSÕES SOBRE O PERÍODO MILITAR:

(1) Durante todo o período verificou-se a disputa entre as duas correntes a militarista e a civilista.

(2) A elite rural aderiu ao novo regime e preparou a retomada do poder, através da organização de um partido político.

(3) O governo autoritário de Floriano foi um obstáculo à criação de partidos.

(4) A concepção extremada de federalismo, deu como conse-

qüência o funcionamento do PRF e criou ambiente propício à formação de oligarquias regionais.

(5) Existência de um único partido.

3. A POLÍTICA DOS GOVERNADORES:

3.1 — Embora já se verificassem durante o império tendências federalistas, foi a Constituição de 1891 que consagrou este sistema.

O federalismo brasileiro tinha três características importantes:

— Os Estados se apropriavam da receita de exportação, a mais importante da época.

— Os Estados organizavam suas próprias Forças Armadas.

— Os Estados tinham atribuições para legislar no campo eleitoral, no nível das eleições estaduais.

A receita de exportação possibilitava uma autonomia real aos Estados, concedendo-lhes meios para subsistir financeiramente, de maneira independente do poder central.

A existência de Forças Armadas estaduais — A Guarda Nacional significava a possibilidade de coação física, não raro aplicada, contra, a oposição.

A possibilidade de legislar no campo eleitoral, dava aos executivos estaduais um poder quase absoluto em seus "feudos".

As estatísticas das eleições realizadas durante a República Velha mostram que nunca havia equilíbrio nos resultados, entre oposição e situação. O situacionismo estadual sempre venciam com larga margem de diferença.

Aproveitando-se das circunstâncias decorrentes desse modelo federativo, o governo de Campos Salles aproveitou para aprofundar ainda mais o regionalismo, caindo num sistema que foi denominado a Política dos Governadores. Esse sistema consistia, basicamente, em outorgar uma dominação total aos executivos estaduais, em troca, estes, através de suas bancadas no Congresso, rigorosamente obedientes, apoiavam o governo federal sem restrições.

A política dos governadores que durou praticamente de 1898 a 1910, representou a mentalidade antipartidária dos governadores

republicanos. Os detentores do poder não davam nenhuma oportunidade de acesso à oposição.

Este seria o fator gerador de tensões que se iam acumulando, lentamente, até desaguar num quadro de violência.

Enquanto durou a política dos governadores o Brasil esteve dividido em tantos feudos quantos eram os Estados da Federação.

O coronelismo, símbolo da Guarda Nacional, representava a fonte do poder eleitoral.

A política dos governadores era feita em três níveis.

— O Presidente da República, no nível nacional, manobrando as bancadas estaduais e manipulando o poder de verificação das eleições que era atribuição do Congresso.

— O governador, no nível estadual, senhor absoluto de todo o processo eleitoral.

Em nível local predominava a figura do “coronel”, que concentrava nas mãos o poder político e o econômico. Era o responsável pela elaboração dos atos eleitorais a bico de pena.

3.2 — CONCLUSÕES:

- (1) — O período caracterizou o retorno dos proprietários de terras ao poder.
- (2) — Verificou-se a perda de prestígio político da classe média, cuja ascensão se prenunciara no período militar.
- (3) — A política dos governadores consagrou o domínio dos dois grandes Estados, Minas Gerais e São Paulo. Esta política acabou gerando dissensões internas que acabariam por derrubar o sistema.
- (4) — Consolidou as oligarquias estaduais.
- (5) — Verificou-se o afastamento dos militares da política. Durante esse período desenvolveu-se, entre os militares, um senso de profissionalismo e de não intervenção. Retornariam à vida política mais tarde, através de um movimento denominado “tenentismo”.
- (6) — Durante o período a organização partidária desapareceu.

4. A REAÇÃO CONTRA AS OLIGARQUIAS:

4.1 — A política dos governadores era, na realidade, a política dos governadores dos grandes Estados. Minas Gerais e São Paulo.

O descontentamento de Estados importantes, como o Rio Grande do Sul, e outros pequenos, que ficavam excluídos do rodízio à Presidência da República, reservada aos grandes Estados, foram, progressivamente, minando o sistema.

Os sentimentos partidários aguardavam apenas uma oportunidade para explodir.

A partir da campanha eleitoral de 1909, que resultou na eleição de Hermes da Fonseca, começa-se a esboçar a reação ao sistema dominante e as ameaças às estruturas oligárquicas rurais — vão-se tornando cada vez mais efetivas.

Entretando, todas as tentativas de formação de partidos de âmbito nacional fracassaram, com exceção do Partido Comunista, fundado em 1922. Foi o único partido que teve, efetivamente, uma ideologia definida e conseguiu ter uma estrutura adequada para durar até 1947, quando foi considerado ilegal. Os demais partidos, criados no período de 1910 a 1930, tiveram duração efêmera. Rui Barbosa fundou o Partido Republicano Liberal para se candidatar; Pinheiro Machado, o Partido Republicano Conservador para dar cobertura ao Marechal Hermes da Fonseca.

Todos desapareceram quando deixou de existir a motivação principal.

Durante este período houve três momentos que apresentaram uma concreta rebelião contra a oligarquia feudal dominante.

- A Campanha Civilista
- A Reação Republicana
- A Aliança Liberal.

4.1.1 — A Campanha Civilista foi liderada por Rui Barbosa, em 1910. Constituiu uma ameaça à elite rural, a qual

organizou o Partido Republicano Conservador. Apesar de haver realizado uma verdadeira campanha eleitoral, os resultados oficiais não foram, nem poderiam ser, favoráveis. Na realidade, as eleições eram realizadas na comissão de verificação do Congresso Nacional, manipulada pelo governo central.

A Campanha Civilista foi uma coligação de forças das oposições estaduais. Desapareceu após o pleito, como também desapareceu o P. R. Conservador.

De 1910 até 1922 não se registrou nenhum movimento partidário, com exceção da fundação do Partido Comunista, como já registramos anteriormente.

4.1.2 — O segundo movimento, denominado a Reação Republicana (1922), foi organizado em apoio à candidatura de Nilo Peçanha, que também foi derrotado pela máquina eleitoral das oligarquias.

A partir de 1922 começou o ciclo do Tenentismo que deu como consequência imediata a revolução de 1930. Mas seus efeitos perduraram durante várias décadas. Os tenentes de 1922 estão presentes na Revolução de 1964 e se tornaram figuras importantes da política brasileira. No forte Copacabana estava o Tenente Eduardo Gomes; na Academia Militar, Odílio Denys, Juarez Távora, Tristão Alencar Araripe, Gustavo Cordeiro de Farias.

A revolta do Forte de Copacabana, em julho de 1922, começou depois da Reação Republicana não ter conseguido eleger seu candidato. A revolta foi reacesa em 1924.

É importante ressaltar-se que, quando não se abre à oposição a possibilidade de chegar ao poder pela via legal, a violência passa a ser uma alternativa. O ciclo revolucionário que teve início em 1922 parece confirmar esta tese.

4.1.3 — O Terceiro movimento, denominado a Aliança Liberal resultou de uma dissidência na política dominante. Minas Gerais, tendo seu candidato à presidência preterido por um paulista, rompeu o equilíbrio do sistema, aliando-se ao Rio Grande do Sul.

A coligação de forças lançou candidato próprio à sucessão de Washington Luiz.

A derrota da oposição, esmagada novamente pelo sistema vigente, gerou o movimento revolucionário de 1930, encerrando a fase de nossa história que é hoje denominada a República Velha.

4.2 — *CONCLUSÕES:*

- (1) Fracassaram todas as tentativas para a formação de partidos de âmbito nacional.
- (2) Os partidos políticos só tiveram existência durante os períodos eleitorais.
- (3) Retorno dos militares à política
- (4) Total impossibilidade da oposição chegar ao poder pelo processo eleitoral.
- (5) O recurso à violência surgiu como uma decorrência natural da opressão oligárquica.

BIBLIOGRAFIA:

MOTTA, Paulo Roberto. Movimentos Partidários no Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 1971.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Problemas Políticos Brasileiros. Livraria José Olympio Editora, 1975.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1891.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946.

CARONE, Edgard. A República Velha. Difusão Européia do Livro 2ª Edição.

VIEIRA, Douval Teixeira. As Estruturas do Poder Político no Brasil 1980 — SP.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão. O Voto Distrital no Brasil. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1975.